



1 **ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MUNICÍPIO -----**

2 Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às dezenove horas e  
3 quinze minutos, no Auditório do Gabinete, foi realizada a 38ª Reunião Ordinária do  
4 Conselho do Município de Bauru, CMB. Estiveram presentes e assinaram a lista de  
5 presença os seguintes membros por segmento da sociedade: **A)**

6 **REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:** Natasha Lamônica Moninhos  
7 (Suplente, PMB – SEPLAN); Danielle Poglitsch Roza Amaro (Titular, PMB -  
8 SEPLAN); Alexandre Antônio F. de Arruda (Titular, PMB – OBRAS); Raquel Biem  
9 Mori Silva (Suplente, PMB – SEMMA); Otaviano Alves Pereira (Titular, PMB –  
10 SAGRA); Rafael Nunes Rosalin (Suplente, PMB – SMDE); Osvaldo José Pedro  
11 (Titular, PMB – DAE); Deise Maria Saad Santesso (Suplente, PMB – EMDURB);  
12 José Pili Cardoso Filho (Suplente, PMB – EMDURB); Maria José Majô Jandreice  
13 (Titular, PMB – GABINETE); **B) REPRESENTANTES DAS UNVERSIDADES,**

14 **ENTIDADES DE CLASSE E ONG's:** Luiz Daré Neto (Titular – IES - FEB Unesp);  
15 Reinaldo Luis Tadeu R. Mandaliti (Titular – OAB); Alfredo Neme Neto (Titular –  
16 ASSENAG); Ângelo Joaquina Neto (Titular – SINDUSCON); Márcio Antônio Tonim  
17 Colim (Titular – IAB); Fernando César Pegorin (Titular – SECOVI); Bruno Pegorin  
18 Neto (2º Suplente - SECOVI); **C) REPRESENTANTES DA COMUNIDADE -**

19 **SETORES URBANOS:** Alfredo Cirne Moreira (Titular, Setor 1); José de Souza  
20 Lopes Junior (2º Suplente, Setor 1); Osvaldy Martins (Titular, Setor 4); Isabel Maria  
21 Alves Martins (2º Suplente, Setor 4); Alessandro Ricardo da Silva (Titular, Setor 5);  
22 José Fernando Redondo Mendes (2º Suplente, Setor 5); Raeder Rodrigo Porcaro  
23 Puliesi (Titular, Setor 6); Kaio Augusto Santana (2º Suplente, Setor 6); Rosangela  
24 Felix Silva (1º Suplente, Setor 7); Evaldo Pereira da Silva (2º Suplente, Setor 7);  
25 Waldir Caso (Titular, Setor 8); Anajete da Paz (Titular, Setor 10); Reinaldo José  
26 Reche (Titular, Setor 11); Afonso Fábio (Titular, Setor 12); Gustavo Gandara Gai (1º  
27 Suplente, Setor 12); Tania Kamimura Maceri (2º Suplente, Setor 12); **SETORES**

28 **RURAIS:** Nilton Carlos Pollice Scudeller (1º Titular – BACIA HID. DO CÓRREGO  
29 ÁGUA PARADA); Francisco Octaviano Cardoso Neto (2º Suplente – BACIA HID. DO  
30 RIBEIRÃO CAMPO NOVO); **D) JUSTIFICARAM AUSÊNCIA:** Emilio Alfredo Moreira  
31 Viegas (1º Suplente, Setor 1); Isabel Aiko Takamatsu (Titular, Setor 7); Ana Cristina  
32 Camargo (Titular, PMB – SEBES); Chahida Jaqueline Obeid (Suplente, PMB –  
33 SEBES); Paula Sumie Watanabe (Suplente, PMB – OBRAS); Perola Motta Zanotto  
34 (Titular, PMB – OBRAS); Augusto Francisco Cação (Titular, PMB – EMDURB) **E)**

35 **CONVIDADOS:** Rodney Guedes (Jd. Europa), Lais V. M. Guedes. **1) PALAVRA DO**  
36 **PRESIDENTE - a) Participação na Audiência Pública do EIV do Instituto de**  
37 **Olhos de Bauru** - Raeder relatou aos presentes sua participação na referida  
38 Audiência como representante do CMB, indicando que logo em seguida o processo  
39 deverá vir para apreciação deste Conselho. **b) Participação na audiência pública**  
40 **do Código de Obras** - Raeder relatou a participação na referida audiência e  
41 explicou a próxima etapa que é o encaminhamento para o legislativo uma vez que a  
42 participação popular no âmbito do executivo já foi efetivada, tendo sido o assunto  
43 discutido no Conselho, Audiência Pública no Setor Rural e Urbano. **c) Fundo de**  
44 **Desenvolvimento Urbano em fase de elaboração** - Raeder posicionou os  
45 presentes quanto ao fundo que se encontra em fase de elaboração, mas que  
46 diversos assuntos devem ser entendidos antes de efetivar a lei. Natasha citou a lei



47 do fundo Municipal de Habitação como exemplo; Raeder lembrou à Plenária que o  
48 Fundo vinculado ao CMB já existe por lei, apenas precisa ser regulamentado o que  
49 pode vir a acontecer por Decreto. **d) Providências relativas aos Processos que**  
50 **cuidam da renovação dos Convênios dos Residenciais Villagio I e Villagio II -**  
51 Raeder esclareceu aos presentes que este item não se encontra pautado devido  
52 ao aguardo de outro processo que foi solicitado à SNJ para embasar sua análise.  
53 Natasha e Raeder explicaram aos presentes que a Associação de moradores não  
54 querem assinar a renovação do Convênio de Fechamento do loteamento com a  
55 Prefeitura e que, se não assinados, o posicionamento do Poder Público é que os  
56 muros sejam removidos e as áreas públicas possam ser usadas pela população que  
57 não reside nos condomínios. Explicaram que a Associação se recusa a assinar  
58 devido a questões de iluminação pública interna do Condomínio que é  
59 responsabilidade deste e os mesmos alegam ser responsabilidade da Prefeitura,  
60 sendo que não é o que estabelece a lei e que, uma vez estabelecido um loteamento  
61 fechado, estes devem arcar com essas despesas que são parte do ônus de se  
62 morar nesse tipo de residencial. Após discussões e esclarecimentos, Raeder  
63 retomou dizendo que assim que receber o processo com as instruções, este item  
64 será analisado, pautado e retornará ao CMB para deliberação. Dando  
65 prosseguimento à reunião, Raeder informou aos presentes o andamento da  
66 solicitação do vereador Meira em transformar o CMB em consultivo ao invés de  
67 deliberativo. Resumidamente explicou o histórico de criação do CMB e qual as  
68 próximas etapas do pleito do Sr. Vereador, sendo uma delas a Audiência Pública  
69 que ocorrerá dia 14 de setembro, na Câmara Municipal, às 18h, ressaltando aos  
70 presentes a importância da participação de todos. Tânia propôs a entrega de  
71 documento com abaixo assinado manifestando a contrariedade dos Conselheiros a  
72 essa alteração, ressaltou a importância das Entidades se manifestarem e assinarem  
73 o abaixo assinado, Tânia lembrou da importância do apoio também por escrito dos  
74 demais Conselhos Municipais. Após discussões, Raeder reafirmou a importância do  
75 respeito a todas as esferas ao tratar do assunto e decidiu-se que será feito  
76 documento com o referido abaixo assinado para ser entregue à Câmara no dia da  
77 Audiência. **2 - Eleição de membro suplente para a Câmara Técnica de Análise**  
78 **de Processos, em virtude do desligamento do Conselheiro Afonso Fábio -**  
79 Raeder explicou que tendo em vista solicitação de desligamento do Conselheiro  
80 Afonso da Câmara Técnica de Análise de Processos, o primeiro suplente Gustavo  
81 ocuparia o cargo de titular, ficando uma vaga de suplente vaga. Questionados os  
82 presentes quem se colocaria à disposição para ocupar a vaga, o Sr. José de Souza  
83 Lopes Junior se candidatou e foi eleito pela plenária. **3 - Criação de Comissão**  
84 **Interna que terá por objetivo analisar e acompanhar a execução dos Termos de**  
85 **Compromisso, relativos aos EIVs -** Raeder explicou aos presentes que, conforme  
86 já dito anteriormente, foi solicitado à SEPLAN o encaminhamento de todos os  
87 Termos de Compromisso desde a Constituição do CMB até hoje. Uma vez atendida  
88 a solicitação, agora será constituída Comissão para analisar as contrapartidas e  
89 mitigações solicitadas pelo CMB e o que já foi cumprido. Isto posto, candidataram-se  
90 às vagas os Conselheiros Alessandro, Fernando e Tânia, aprovados pelos  
91 presentes. **4 - Debate acerca da transferência dos moradores do acampamento**  
92 **Morada da Lua para área alugada pela Prefeitura, bem como debate acerca da**



93 **utilização de área do Distrito IV para construção de moradia popular** - Letícia,  
94 Secretária de Planejamento, convidada pelo Presidente, fez uma breve explanação  
95 a respeito do histórico do acampamento em questão, que se encontrava em área  
96 situada atrás do SAGAE e que devido a reintegração de posse foram reassentados  
97 em outra área alugada pela Prefeitura de Bauru que, ao realizar esse  
98 reassentamento, fez um levantamento dos assentados e triagem que teve seu  
99 número reduzido expressivamente. Após, Letícia passou em primeira mão ao CMB  
100 vídeo institucional com as informações precisas a respeito desse processo de  
101 reassentamento e ao projeto da Prefeitura construir moradia popular a essa  
102 população. Letícia explicou aos presentes que a definição em se fazer esse tipo de  
103 moradia com iniciativa municipal se deve ao fato do Município estar impedido de  
104 receber verba para esse fim, uma vez que o Ministério das Cidades alega que já  
105 houve programa habitacional em Bauru e que o déficit já deveria estar sanado,  
106 assim ocorre com outras cidades do porte de Bauru que participaram de programas  
107 habitacionais do Governo Federal. Explicou ainda que com a triagem que foi  
108 realizada, de aproximadamente 1500 famílias, passou para o número de 580  
109 famílias cadastradas e candidatas ao benefício, que realmente se mantém em  
110 situações precárias devido à diminuição da capacidade financeira, crise econômica,  
111 dentre outros fatores. Disse ainda que a intenção do programa é gerar o acesso à  
112 habitação, não apenas à moradia, por meio de geração de renda e que esse  
113 trabalho já vem sendo discutido entre diversas Secretarias. Os problemas dessas  
114 famílias são pontuais e diariamente existem funcionários da Prefeitura nesses  
115 acampamentos cadastrando e identificando todos a fim de atender efetivamente  
116 àqueles que necessitam. Alfredo questionou quanto ao que, de fato, gerou o corte  
117 de verbas federais ao Município de Bauru, para que todos possam se atentar e não  
118 ocorra esse erro de novo. Letícia explicou que habitações foram destinadas as  
119 demandas existentes o que não atendeu ao déficit habitacional, mas que a partir de  
120 agora, os programas gerados nessa gestão aperfeiçoarão esses critérios a fim de  
121 não atender mais a demanda e sim sanar o déficit. Após, Letícia explicou questões  
122 relacionadas à área onde serão construídas as moradias, Distrito IV expansão, o  
123 porquê dessa área e demais critérios que foram utilizados para a escolha da mesma  
124 e ressaltou em seguida que as casas não serão de graça e sim serão pagas com um  
125 custo menor pelos beneficiários e esse recurso será encaminhado ao fundo de  
126 habitação a fim de alimentar e rodar recursos para fins habitacionais. Após dúvidas e  
127 esclarecimentos, sanados pelos presentes, o Presidente deu sequência à pauta uma  
128 vez que a esta foi encaminhada ao Conselho com o intuito de esclarecer as dúvidas  
129 divulgadas à imprensa e deverá retornar ao CMB para deliberação. **4 (inversão de**  
130 **pauta) - Deliberação sobre Estudo de Impacto de Vizinhança do**  
131 **Empreendimento Jardim Europa, Programa Minha Casa, Minha Vida na área da**  
132 **União, doada ao Município, Proc. 43.983/2010 - Maré Construtora.** O Presidente  
133 apresentou a pauta e Letícia com Natasha explicaram por meio de apresentação o  
134 histórico do assentamento irregular com 293 famílias bem como a condução do  
135 processo até o momento, como o TAC solicitado pelo MP, o processo do  
136 chamamento público iniciado há anos e como ocorreu a posse definitiva da área da  
137 União. Após dúvidas e esclarecimentos gerais quanto ao programa, o Presidente leu  
138 parecer da Câmara Técnica (anexo) que detalha a questão das contrapartidas



139 solicitadas por algumas Secretarias (como a de Obras) e como isso seria resolvido,  
140 uma vez que a lei de EIV é omissa quanto à contrapartida em programas com  
141 iniciativa Municipal, porém realizados por empresas de iniciativa particular. Raeder  
142 questionou a plenária como ficariam essas contrapartidas. Natasha esclareceu que,  
143 no passado, o processo não foi gerido e que diante disso muitos funcionários de  
144 Secretarias não tiveram o entendimento que tratava de Programa Municipal, o que  
145 os levou a fazer as solicitações em questão, mas que não faz sentido o Poder  
146 Público gerar contrapartida a ele mesmo. Raeder esclareceu que em parte alguma  
147 do processo isso está claro. Após discussão entre os presentes, colocou-se em  
148 votação duas propostas, sendo: 1) Aprovar o empreendimento desde que a  
149 Prefeitura arque com as contrapartidas e mitigações no entorno que deverão ser  
150 absorvidas até a entrega do empreendimento - Letícia e Majô esclareceram que não  
151 ha dotação orçamentária para esse fim. Colocado em votação, 6 pessoas  
152 manifestaram-se favoráveis à proposta. 2) Aprovar o empreendimento desde que as  
153 contrapartidas e mitigações no entorno sejam realizadas pela Prefeitura, mas sem  
154 prazo para cumprimento - colocado em votação, 14 pessoas manifestaram-se  
155 favoráveis à esta proposta que foi a aprovada. **5 - Deliberação sobre alteração de  
156 situação de imóvel de residencial para comercial no Núcleo Isaura Pita Garms -  
157 Proc. 10.366/2015, 45.048/2016 e 45052/2016 (retirado de pauta pelo avançado  
158 da hora,).** Findos os trabalhos às 22h20min. a reunião foi encerrada. Eu, Danielle  
159 Poglitsch Roza Amaro, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que segue  
160 assinada por mim e pelos demais representantes da Diretoria Executiva do CMB.

161

162

163 **Raeder Rodrigo Porcaro Puliesi**

164 Presidente

165

166

167

168 **Luiz Eduardo Penteado Borgo**

169 Vice Presidente

170

171

172

173 **Alfredo Cirne Moreira**

174 1º Secretário

175

176

177

178 **Afonso Celso Pereira Fábio**

179 2º Secretário

180

181

182

183 **Danielle Poglitsch Roza Amaro**

184 Secretária Executiva